RECURSO ESPECIAL Nº 1.848.255 - RO (2019/0338617-4)

RELATOR	**:**	**MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
RECORRENTE	:	DIRECIONAL ENGENHARIA S/A
RECORRENTE	:	SEABRA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
ADVOGADOS	:	MIRELE REBOUÇAS DE QUEIROZ JUCÁ - RO003193
		THALES ROCHA BORDIGNON - RO004863
RECORRIDO	:	WILSON BUZATI DA SILVA
ADVOGADOS	:	ALEXANDRE LEANDRO DA SILVA - RO004260
		KAMILA ARAÚJO PRADO - RO007371

DECISÃO

Trata-se de recurso especial, apresentado por DIRECIONAL ENGENHARIA S/A e OUTRO, com fulcro no art. 105, inciso III, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de origem.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.os 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de DIRECIONAL ENGENHARIA S/A e OUTRO, a parte Recorrente foi intimada do acórdão recorrido em 5/6/2019, sendo o recurso especial interposto somente em 28/6/2019.

O recurso é, pois, manifestamente intempestivo, porquanto interposto fora do prazo de 15 (quinze) dias úteis, nos termos do art. 994, VI, c.c. os arts. 1.003, § 5.º, 1.029, e 219, *caput*, todos do Código de Processo Civil.

A propósito, nos termos do § 6º do art. 1.003 do mesmo código, "o recorrente comprovará a ocorrência de feriado local no ato de interposição do recurso", o que impossibilita a regularização posterior.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte recorrente, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º

Edição nº 2883 - Brasília, Disponibilização: Quinta-feira, 02 de Abril de 2020 Publicação: Sexta-feira, 03 de Abril de 2020
Código de Controle do Documento: C9042366-213D-42BD-9636-9FFAC5775818

do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 1º de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente

Edição nº 2883 - Brasília, Disponibilização: Quinta-feira, 02 de Abril de 2020 Publicação: Sexta-feira, 03 de Abril de 2020
Código de Controle do Documento: C9042366-213D-42BD-9636-9FFAC5775818